

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Projeto de Resolução n.º 89/XII

“Reforço das ligações aéreas internacionais para a ilha Terceira”

22 DE JUNHO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o **Projeto de Resolução n.º 89/XII – “Reforço das ligações aéreas internacionais para a ilha Terceira”**.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apresentação do presente Projeto de Resolução, emanado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

O Projeto de Resolução em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o qual é aplicável por remissão do artigo 145.º do mesmo diploma.

Assim, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 42.º do Regimento, compete à respetiva comissão especializada permanente apreciar e elaborar o correspondente relatório sobre a presente iniciativa.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos da Resolução da Assembleia



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O proponente, em sede de exposição de motivos, refere que *“O crescimento do setor turístico na Região Autónoma dos Açores é um dos desígnios da governação dos Açores. Esse crescimento assume-se como fator determinante para o desenvolvimento económico e social do arquipélago, já que se constitui como elemento potenciador e gerador de emprego e de criação de riqueza, contribuindo decisivamente para a melhoria das condições de vida dos açorianos.*

Tal como plasmado no Programa do XIII Governo Regional dos Açores, o sucesso do crescimento do turismo nos Açores tem necessariamente “de ser partilhado e impactante em todas as ilhas dos Açores”, assentando nas potencialidades de cada uma das ilhas, na sua natureza, na sua oferta cultural, nas oportunidades turísticas que cada ilha tem para oferecer, fomentando a coesão regional e o desenvolvimento integrado e harmónico das nove ilhas dos Açores.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, e fruto das enormes restrições impostas devido à pandemia da COVID-19 e à diminuição abrupta das viagens aéreas, o ano de 2020 foi um dos piores de sempre do turismo mundial com uma redução das chegadas internacionais em 74%, representando menos mil milhões de chegadas internacionais, quando comparadas com o ano anterior.

Em linha com o registado a nível mundial, e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, Portugal também registou um decréscimo acentuado na procura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

internacional, com quebras de 2,3 milhões de dormidas de estrangeiros (-74,9%), comparativamente ao ano anterior.

Em 2021, fruto da vacinação e do aliviar das medidas restritivas impostas durante a pandemia, com particular relevo para a retoma das viagens aéreas, Portugal começou a recuperar destes resultados contabilizando de janeiro a outubro de 2021 cerca de 36,1 milhões de dormidas (+ 28,7% do que em 2020), ainda assim longe dos resultados obtidos em 2019, cerca de 62 milhões de dormidas. Destas, cerca de 47% correspondem a dormidas de residentes do estrangeiro com um impacto significativo nos proveitos económicos da atividade turística.

Na Região Autónoma dos Açores, segundo o Serviço Regional de Estatística, verificou-se a mesma tendência registada a nível nacional. Após a queda acentuada do número de hóspedes e dormidas em 2020, face a 2019 (- 70%), em 2021 (até outubro) já haviam sido registadas 1 657 611 dormidas (+ 48% face a 2020) e 531 361 hóspedes (+ 45% face a 2020) ainda assim muito longe das cerca de 3 milhões de dormidas e dos 971 794 hóspedes registados em 2019. Destes, cerca de 46% correspondem a turistas com residência no estrangeiro. No total global, o setor do turismo em 2021 apresenta receitas na Região Autónoma dos Açores na ordem dos 60 milhões de euros.

Neste quadro de boa recuperação do setor turístico na região, importa, pois, intensificar as campanhas de promoção turística do arquipélago, promovendo todas as ilhas dos Açores, as suas especificidades e potencialidades turísticas.

Importa, igualmente, criar produtos turísticos que permitam a complementaridade entre todas as ilhas e a aposta nas suas singularidades, complementando a natureza, com a história, a cultura, a gastronomia e as tradições.

Torna-se crucial ainda, atendendo à capacidade hoteleira já instalada em cada uma das ilhas e à necessidade de promover e incentivar fluxos turísticos compatíveis com essa disponibilidade já existente, por forma a garantir a rentabilidade das empresas do setor



do turismo, a manutenção e criação de emprego e riqueza, bem como a fixação de população.

Neste contexto, as ligações aéreas assumem um papel crucial no desenvolvimento do setor turístico da Região Autónoma dos Açores. A promoção e o incentivo à captação de rotas internacionais para o arquipélago dos Açores é crucial para o crescimento do setor e, conseqüentemente, para a rentabilidade das empresas e deve contribuir e incentivar a distribuição dos fluxos turísticos para todas as ilhas dos Açores.

Ora, a ilha Terceira possui produtos turísticos de qualidade, até alguns únicos no mundo, que trespagam da natureza, para a história, para a cultura, para a gastronomia e para as tradições.

Nos últimos anos, fruto das previsões do crescimento do turismo verificados até 2019, registaram-se na ilha Terceira, um vasto conjunto de investimentos privados neste setor que, segundo o Observatório do Turismo dos Açores, permitem à ilha Terceira deter atualmente uma capacidade instalada de mais de três mil camas, o que corresponde à possibilidade de 105 mil dormidas mensais.

Na realidade, a ocupação na hotelaria na ilha Terceira poucas vezes tem ultrapassado os 50% da capacidade instalada, registando-se, nos meses de 2021, a ocupação de apenas um terço dessa capacidade.

Para isso, muito tem contribuído a ausência de ligações aéreas, particularmente de ligações de destinos internacionais para a ilha Terceira, que têm inviabilizado a possibilidade da existência de novos fluxos turísticos, de melhores taxas de ocupação e de rentabilidade da capacidade hoteleira instalada, de sustentação das empresas do setor turístico na ilha e de manutenção e criação de emprego e riqueza. Esse facto tem também impossibilitado a existência de outras portas de entrada de fluxos turísticos internacionais nos Açores, bem como a sua melhor redistribuição pelas diversas ilhas, numa perspetiva de coesão e de desenvolvimento harmónico”.



PROCESSO EM ANÁLISE

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder às audições do Conselho de Ilha da Terceira, da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, do Conselho de Administração da SATA e da ATA - Associação de Turismo dos Açores, bem como da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

As audições do Conselho de Ilha da Terceira, da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, do Conselho de Administração da SATA e da ATA - Associação de Turismo dos Açores decorreram no dia 24 de fevereiro de 2022, pelas 10h00, 11h00, 12h00 e 18h00, respetivamente. A audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas decorreu no dia 18 de maio, pelas 12h00.

- **Audição do Conselho de Ilha da Terceira e Audição da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo:**

O Presidente do Conselho de Ilha da Terceira e da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, Dr. Marcos Couto, a propósito desta iniciativa, disse que qualquer Açoriano estava a favor deste Projeto de Resolução e dos pressupostos que são aqui colocados. Isso ficou, também, muito claro no Conselho de Ilha realizado ontem, ficando também claro que era preciso reafirmar a centralidade da Ilha Terceira, não só nos *slots* atualmente disponíveis, mas também pelo trabalho que tem sido feito pela Aerogare Civil das Lajes na promoção e na ampliação do próprio aeroporto, entendendo que é uma daquelas questões que deve unir todos.

Considerou que outra coisa será a operacionalização da mesma e as vontades reais na sua concretização.

O Deputado Rui Espínola começou por dizer que o Conselho de Ilha, entre outras entidades, era muito crítico relativamente à promoção turística dos Açores,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

perguntando o que está a falhar e a que se deve o facto de não se atingir os objetivos que a Terceira pretende e qual a estratégia que se deveria seguir no que diz respeito à promoção.

Depois, segundo o Deputado, ouve-se muitas vezes na opinião pública, pôr em causa a capacidade turística e o produto turístico, desvalorizando o destino e usando esse argumento para justificar uma menor afluência de turistas à ilha. Pede para dizer o que pensa o Conselho de Ilha sobre isso e o que pensa fazer para ultrapassar essa situação e captar turistas para a Terceira e quais os instrumentos e mecanismos que podem ser usados nessa promoção.

O Presidente do Conselho de Ilha da Terceira e da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, relativamente à promoção, disse que havia dois níveis distintos de intervenção, a promoção turística, por um lado, e aquilo que se chama produto “Ilha Terceira” e os argumentos utilizados para que ele exista ou não.

Não é de agora que não existe o produto Açores, apesar de estar mais relacionado com a natureza, lembrando-se do tempo em que se tentava vender os Açores como um destino de praia e de sol. A estruturação do produto Açores é um percurso que tem muito pouco tempo, ao contrário de outros destinos turísticos, com é, por exemplo a Madeira, que levou muitos anos a consolidar com uma promoção muito estruturada e como um produto muito bem caracterizado.

Hoje, já se percebeu que o destino Açores não é sol e praia, nem que podemos concorrer com a Madeira ou as Canárias, mas temos um produto à volta da natureza.

Chegados a essa conclusão, falta estruturar o resto, porque dentro da natureza todas as ilhas têm características muito próprias e não estão devidamente estruturadas, acrescentando que, relativamente à ilha Terceira, nada está feito.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Lembrou que, muito naturalmente, a ilha de S. Miguel tem sido beneficiada, porque tem as ligações aéreas todas, tem belezas inquestionáveis e é a maior ilha dos Açores, afirmando que basta ver o *site Visit Azores* para se perceber que só faz promoção de S. Miguel, acreditando que nada disto é feito de forma intencional.

O Produto turístico “Ilha Terceira”, possivelmente por ser o mais diferenciado, sofre mais com isso. Reforça que existe um produto muito definido na área da história, da cultura e da gastronomia, debaixo do que será o grande chapéu que será a natureza que envolve os Açores.

Na sua opinião, o produto “Ilha Terceira” existe e é tão forte como qualquer outro, mas tem de ser trabalhado.

O Deputado Rui Espínola, referindo-se à Aerogare Civil das Lajes, às suas condições e ao aeroporto da Terceira, nomeadamente às condições de operacionalidade, perguntou se estas estruturas têm condições para ser uma das portas de entrada de fluxos turísticos internacionais e nacionais, quais os obstáculos que persistem e quais as questões apontadas pelas companhias para não voarem para a ilha.

O Presidente do Conselho de Ilha e da Câmara de Comércio referiu que as companhias não advogam dificuldades da operação na Terceira, considerando isso um mito que se vai criando e que não corresponde à realidade. Disse, objetivamente, que ninguém voava para a Terceira porque ninguém conhecia a Terceira, dando o exemplo da participação em feiras em que a Aerogare Civil das Lajes não estava presente.

Relativamente à operacionalidade, na sua opinião, é também uma questão que não se coloca, reconhecendo que durante algum tempo teve problemas com a certificação, mas depois de resolvido deixou de haver esse problema, a não ser numa certa mentalidade interna. Disse que nos últimos tempos a Aerogare Civil das Lajes conseguiu que os militares disponibilizassem 22 *slots* de estacionamento, acrescentando que não



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

conhece nenhum aeroporto, tirando Lisboa, Porto e Faro, que tenha 22 slots de estacionamento disponíveis para companhias aéreas, sendo necessário, agora, iniciar rapidamente com as obras de ampliação do terminal, que tardam, com tudo tarda na Terceira.

A questão de o aeroporto ser militar e constituir um problema, referiu que só era um problema porque também ninguém tinha feito nada para que isso fosse ultrapassado. Acrescentou que, hoje em dia, o relacionamento da Aerogare Civil das Lajes com as chefias militares é muito bom, os níveis de respostas aos pedidos de aterragens de emergência ou comerciais diminuíram para períodos aceitáveis, o que torna a aerogare e a pista aliciantes.

Disse, ainda, que é preciso inverter o paradigma da utilização, ou seja, de militar com utilização civil, para civil com utilização militar, tal como já aconteceu na Islândia, numa situação muito semelhante, o que prova que o problema não é dos americanos.

O Deputado Nuno Barata, começou por dizer que o produto Açores não satisfazia o Conselho de Ilha, tal como a promoção que tem sido feita ao destino Açores, estranhando, por isso, que a Câmara de Comércio e Indústria tenha contratado para promover o destino Terceira precisamente o responsável pela promoção do destino Açores durante os últimos anos.

Perguntou, então, ao não existir um produto Açores, como foi dito, e dispersando essa marca por nove marcas, entende se se deve fazer a promoção independente de cada uma das nove ilhas.

O Deputado, utilizando dados recolhidos numa visita recente à ilha Terceira e em conversas que manteve com empresários do ramo (restauração, serviços e hotelaria), disse que lhe tinha sido manifestada uma preocupação, que tem sido recorrente em todas as ilhas dos Açores, que é relativa à falta de mão-de-obra para essas atividades,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

perguntou o que pretendem os organismos que tutela fazer para ultrapassar este constrangimento.

O Presidente disse que nunca tinha afirmado que não lhe agradava a promoção do destino Açores, mas que essa promoção não era estruturada, havendo um chapéu, que é a natureza, e a partir daí não está estruturada.

Relativamente ao consultor que contratou, estranha que cause tanta celeuma, mas explicou que desde que é Presidente da Câmara de Comércio, contratou várias empresas de consultoria para as áreas que considerava serem estratégicas, nomeadamente na área do turismo e também na aviação e numa delas, tem, de facto, ao seu serviço o anterior Presidente da ATA e aqui trata-se apenas de aproveitar o conhecimento e é por esse conhecimento que a Terceira começa a ter benefícios.

No respeitante à promoção das 9 ilhas individualmente, disse que entende que os Açores devem ser promovidos pelo chapéu natureza e dentro desse chapéu há 9 realidades diferentes que não têm de ser promovidas individualmente, têm é de ser promovidas em igualdade de circunstâncias, e, nunca escondeu de ninguém, que vai fazer esse caminho sozinho enquanto tal não acontecer.

Relativamente à mão-de-obra, a questão que se põe não é o que se vai fazer, mas antes o que já se fez, tomando duas posições muito específicas, uma delas estabelecendo contatos com empresas de mão-de-obra temporária para disponibilizar essa base de dados aos seus associados e outra foi contatar a tutela para, através da imigração ou outros meios, facilitar a contratação, tendo consciência que os programas ocupacionais contratam muitas pessoas, o que impede que essa mão-de-obra fique disponível.

O Deputado Nuno Barata referiu o que pensa ter sido um erro estratégico colossal, ou seja, promover um destino de natureza quando isso é entendido como um destino que não é muito apetecido por estarem associados a animais selvagens, com acesso remoto,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

com pouca assistência médica, zonas onde é perigoso viajar para certos níveis etários. Os Açores são um destino onde há um equilíbrio entre a natureza e a paisagem humanizada.

O Presidente do Conselho de Ilha da Terceira e da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo diz concordar com o que foi dito sobre o destino, repetindo que não existe ainda o conceito, apesar de estarmos mais perto.

Acrescentou que a questão da saúde também não tem sido explorada, porque temos segurança a esse nível que podemos oferecer a quem nos visita, que muito dos outros destinos de natureza não oferecem.

Falou também do exemplo da Costa Rica e que devíamos copiar ao invés de querer inventar.

A Deputada Andreia Cardoso começou por dizer que podemos concordar ou discordar como o destino Açores foi promovido e estruturado ao longo dos últimos anos, entendendo que dizer que isso não foi feito, parece-lhe um exagero.

Acrescentou que esse mito, cai por terra quando, nos documentos estruturantes do turismo dos últimos anos, se vê o que foi o acreditar dos empresários e no investimento avultado que tem sido feito neste sector.

Esta estruturação foi feita pelo acreditar dos empresários e pelo sistema de incentivos ao investimento privado que permitiu construir estruturas mais ou menos tradicionais em toda a nossa Região.

Pedi ao Presidente que se pronunciasse sobre a ausência de sistema de apoio ao sector privado, sendo esta a primeira vez que tal acontece ao longo de décadas.

Acrescentou que o esforço da Câmara do Comércio se não for associado a um sistema de incentivo robusto e que permita a continuidade e crescimento da nossa oferta,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

parece-lhe que de nada servirá, considerando isso grave, não se tendo ouvido uma palavra sobre esta situação até agora, questionando se a Câmara de Comércio já foi ouvida sobre esta matéria.

O Presidente, em resposta, disse que os níveis de exigência vão aumentando, e é óbvio que alguma coisa foi feita, referindo-se à captação de rotas que acabou por alavancar a iniciativa privada. Quando diz que nada foi feito, fala na estruturação do produto e aí o facto de ainda não sabermos o que somos confirma isso mesmo, reconhecendo que houve um percurso feito.

Considerou dramática a oferta turística, fora S. Miguel, dizendo que no inverno as taxas de ocupação são à volta de zero e isso é que é preocupante.

Usou o exemplo das Canárias, onde existem 3 *gateways*, sem preocupações em fazer concorrência umas às outras.

Relativamente aos apoios à iniciativa privada, considerou que é um problema e que se revia nessa preocupação. Acrescentou que já tinha alertado o Governo para esta situação que considerou inadmissível, porque não se deveria ter fechado os apoios desta forma, acrescentando ainda os atrasos nos pagamentos às empresas de projetos já aprovados.

O Deputado Carlos Furtado, relativamente às fragilidades apontadas à Terceira em termos de belezas, quando comparadas com outras ilhas, perguntou se aquela ilha se deveria focar mais no turismo de longas estadias, lembrando algumas qualidades, nomeadamente a boa recetividade e o ambiente acolhedor.

O Presidente disse que o perfil do turista que querem captar tem muito a ver com o produto que dispõem e elencou um muito específico, o turismo militar, acrescentando que vão estabelecer contatos com a Bretanha, que tem um produto deste género ligado à Segunda Guerra Mundial. Considera que a Terceira, nesse campo, tem potencial. Falou



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

também no exemplo do produto “Espírito Santo” que poderia ajudar nas estadias mais longas.

“Quem compra um destino compra experiências”, referiu.

Disse ainda que o preocupava muito o que se passava na Graciosa e em S. Jorge, ilhas a que a Terceira está mais ligada, de tal modo que a última vez que esteve a negociar um pacote turístico, tinha sido claríssimo ao ponto de dizerem que o pacote tinha de incluir viagens para a Graciosa e S. Jorge, acrescentando que o que permite as pessoas ficarem nas suas ilhas é a atividade económica.

O Deputado Rui Martins, referindo-se às linhas de apoio aos empresários, lamenta também esta paragem, perguntando se considerava este interregno vai impedir o reforço que está neste Projeto de Resolução.

O Presidente disse que o preocupa o atraso da chegada do dinheiro às empresas, mas que o que está previsto é para se fazer, mas que era preciso “dar à sapatilha”.

Disse ainda que a intenção desta promoção e destes voos era de se propagarem por todas as ilhas, daí terem feito um trabalho com a SATA e com a TAP.

Levantou a preocupação pelo facto destas operações não serem ainda para o ano inteiro.

A Deputada Andreia Cardoso disse que não havia uma ligação direta entre a aprovação do PO2030 e a existência de incentivos às empresas na Região, recordando que nos períodos de transição dos quadros os anteriores governos asseguraram a manutenção dos apoios e foi isso que não aconteceu agora.

Referiu, ainda, que a Câmara de Comércio, pelo que percebeu, assumiu a promoção, perguntando qual é o papel da ATA e do Governo Regional neste processo.



Perguntou, ainda, se a Câmara do Comércio tinha sido consultada acerca da regulamentação dos novos incentivos.

O Presidente disse que assumiram a promoção, porque quem tinha a responsabilidade de o fazer não o fez.

Exemplificou que fecharam uma operação charter para a Terceira que custava 25 mil euros e que esse valor tinha sido um problema, mas que no passado essa mesma operação tinha sido feita para S. Miguel por 75 mil euros e aí não tinha havido problema nenhum.

Concluiu que foram estas dificuldades de promoção que os levaram a agarrar esta tarefa, dizendo que a Câmara do Comércio vai fazer o seu caminho até sentir que da parte das entidades responsáveis por essa promoção começa a sentir convergência. Relativamente aos incentivos e à sua regulamentação, o Presidente disse que não tinha sido consultado.

- **Audição do Conselho de Administração da SATA:**

O Presidente do Conselho de Administração da SATA na sua intervenção refere que o por faz o reconhecimento do papel único do turismo no desenvolvimento económico e social da RAA, sendo a única indústria que pode trazer benefícios a curto, médio e longo prazo, destacando que o a curto prazo é muito importante pela situação de emergência que se vive. Realçou que o turismo é a indústria que pode ser acionada rapidamente, contribuindo para uma distribuição mais equitativa dos benefícios de uma atividade.

Com base no texto do projeto de resolução em análise, realçou que “até outubro de 2021, o número de dormidas em Portugal cresceu 28,7% e os Açores tiveram um comportamento fantástico, nesse contexto, crescendo 48%, e aproveitou a oportunidade



para destacar o papel da SATA nessa recuperação”, uma vez que Azores Arilines cresceu nesse período 104%.

Destacou que, no total global o setor do turismo representa receitas na ordem dos 60 milhões de euros, realçando que o valor não deverá ser o correto, mas sim 600 milhões de euros.

Concordou com a afirmação que consta do Projeto de Resolução, nomeadamente “importa, pois, intensificar as campanhas de promoção turística do arquipélago, promovendo todas as ilhas dos Açores, as suas especificidades e potencialidades turísticas. Importa, igualmente, criar produtos turísticos que permitam a complementaridade entre todas as ilhas e a aposta nas suas singularidades, complementando a natureza, com a história, a cultura, a gastronomia e as tradições”.

Realçou existirem necessidade de trabalho nas conclusões, uma vez que a responsabilidade não pode apenas ser assacada à falta das ligações aéreas, “vai para além disso”, havendo dois caminhos: “comprar” ligações aéreas, sendo uma situação cara, que causa dependência e atrai turistas de menor valor, sendo a outra via o trabalho na organização e promoção do destino, é um procedimento estrutural, com efeito permanente, atraindo turistas de maior valor.

Referiu que as recomendações seria assegurar que as respetivas entidades locais, sejam as Câmaras do Comércio ou outras, trabalhem com a Direção Regional do Turismo de organizar e desenvolver o produto turístico e aproveitar o processo natural da ATA, para dar nova dinâmica e que tenha como missão a promoção da Região Autónoma dos Açores. Referiu ainda que ser importante garantir que as duas organizações trabalham interligadas, e que o núcleo duro trabalhe juntamente com a SATA e com outros grupos de turismo, por exemplo o hoteleiro, e garantir que toda esta estrutura trabalhe interligada com o TURISMO PORTUGAL.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Destacou que a 12 de julho, o TURISMO PORTUGAL e a Secretaria do Turismo deslocaram-se aos Açores para apresentação do programa “Reativar o turismo”, nacional, sendo que até ao momento não se verificou uma “declinação” para os Açores.

O Deputado Rui Espínola realçou que a SATA tem sido uma parceira, nas ligações da Região Autónoma dos Açores com o exterior, com trabalho importante realizado na ilha Terceira.

Questionou se todas as rotas abertas pela SATA, nomeadamente das rotas internacionais, independentemente da ilha, se são acompanhadas de um estudo económico.

Questionou ainda, tendo em conta permanência da companhia, em rotas com concorrência com outras companhias internacionais, se tem capacidade para conseguir competir com as referidas companhias, colocando em causa a viabilidade da operação.

Em resposta, o Presidente do Conselho de Administração da SATA, a margem de contribuição das três rotas para a companhia– Terceira- Nova York / Terceira – Montreal e Terceira Oakland é de 430 mil euros, individualmente corresponde a 93 mil euros, 54 2mil euros e 83 mil euros, ou seja, todas elas com contribuição positiva, “caso contrário não aconteceria”.

Informou ainda que, que esta situação é possível, contrariamente ao passado que era um “buraco negro”, porque quatro interações entre as rotas e as suas viabilidades: capacidade de vender melhor do que acontecia no passado; trabalho com parceiros que comprem uma parcela significativa da operação; fazer acordos “e fazer aquilo que as outras companhias fazem e recebem dinheiro dos Turismo Portugal, das ATAS da vida, quando é o caso, e que no caso destas três rotas não se verifica para nenhuma delas, há valores para promoção, mas não há valores diretamente para viabilizar as rotas”;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

trabalho de redução de custos nos últimos dois anos, que permitiu retirar 5 milhões de euros por mês do custo de estrutura da Azores AIRLINES, negociar acordos com os parceiros que se elabora as rotas.

Informou que, pelo trabalho efetuado nos últimos anos permite ter duas companhias aéreas com uma taxa de pontualidade única, acima de 95 %, com dias de 100%, com base num relatório da ANAC, publicado a 10 de fevereiro, taxa de reclamações de passageiros é a melhor do país e uma das melhores da Europa, e com recuperação de tráfego em que “deve haver muito poucas companhias no mundo inteiro se podem gabar disso”, o ano de 2022, pelo esperado, ultrapassará o ano de 2019.

Relativamente à segunda questão colocada, realçou que a vantagem da Azores Airlines é de ser uma companhia pequena e muito ágil, não podendo estar atrás das estratégias de outros, usufruindo de uma marca cada vez mais positiva.

Realçou que se deverá trabalhar em proximidade com os agentes de turismo, havendo mais operações se existissem mais equipamentos.

O Deputado Carlos Furtado questionou o Presidente do Conselho de Administração, se irá a SATA por iniciativa aumentar o número de ligações, novas rotas, à ilha Terceira, a nível de voos internacionais, “uma vez que essa solicitação e faz todo o sentido que ia haver essa necessidade que, seja ela no eu entender, colmatada por um operador local, porque desde logo vem rentabilizar as aeronaves existentes, mas também vai, por essa via, impedir que haja outro operador que vaia concorrer com aquele que é o vosso posicionamento no mercado.”

Questionou ainda se considerava que as ligações atuais e que o serviço que a SATA tem prestado à ilha Terceira concretamente, mas também ao Grupo Central, se tem diminuído a projeção turística nessas ilhas. Se considera ser a SATA a condicionar esse



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

crescimento, e ao existir de facto a abertura de novas ligações à ilha Terceira a nível internacional, se poderá, e uma vez que não pode haver protecionismos de mercado nesse setor, colocar em causa a sustentabilidade das rotas atuais.

Em resposta, o Presidente referiu que a SATA admite realizar mais voos para a ilha Terceira, como para qualquer outra das nove ilhas, desde que haja viabilidade económica para o fazer, realçando que “é na Terceira que está o maior crescimento de rotas internacionais. Atenção, rotas internacionais, eu não quero chamar novas rotas porque nós estamos condicionados a abrir novas rotas.”

Destacou ainda que, sendo este Verão “em condições normais”, a culpa depois vai ser da SATA, “porque trouxe passageiros a mais”, realçando que o Aeroporto de Ponta Delgada não tem capacidades para processar os voos internacionais, uma vez que “o SEF não consegue disponibilizar mais Agentes, o Aeroporto não tem instalações, e nós vamos assistir a setecentos ou oitocentos passageiros a chegar quando há capacidade para processar cento e cinquenta ou cento e sessenta por hábito. Aquilo vai haver filas pela pista fora. E, esse é o tema que eu gostava de ver discutido, ou pelo menos levantado por toda a gente”, não sendo a SATA a única companhia a voar para os Açores.

Relativamente à questão se as ligações existentes e se são uma condicionante ao desenvolvimento do turismo nas ilhas do Grupo Central, respondeu não ter nenhuma indicação sobre o assunto, realçando ser importante crescer de uma forma sustentada, permitindo que a capacidade turística, hoteleira, a gastronomia, os produtos das ilhas, se possam ajustar.

Destacou que “tem que ter muito cuidado enquanto tiver debaixo do Plano de Reestruturação, da forma como o faz, porque mais uma vez não está, nós já conseguimos muitas concessões neste período de negociação e não podemos esticar



demasiado a corda, porque mais uma vez não estamos, entre aspas, autorizados a abrir novas rotas”

O Deputado Carlos Furtado questionou sobre a possibilidade de outros operadores poderem realizar ligações exteriores à Região, e se isso colocará em causa a sustentabilidade do que é o trabalho que a SATA tem vindo a desenvolver fora da região, nas ligações à região.

Em resposta, o Presidente do Conselho de Administração da SATA realçou que pretende que a SATA seja tratada como os restantes, e que não podem aceitar que “haja dinheiro para ajudar os outros e não haja dinheiro para ajudar a SATA, infelizmente que é o caso neste momento, há um conjunto de rotas, um conjunto de operações que estão em cima da mesa e que vão sair este ano, nós pedimos à ATA para as apoiar, no princípio da conversa disse que sim, encantado, vamos lá trabalhar nisso, e agora infelizmente fomos surpreendidos há uns dias com afinal não, nós, já não há dinheiro, já não há orçamento, não vos podemos apoiar”

O Deputado Rui Martins questionou se o Dr. Luís Rodrigues se a Azores Airlines, se a SATA enquanto empresa regional, se “vê com bons olhos” a descentralização nas rotas internacionais externas, o reforço de ligações externas para a ilha Terceira. Acrescentou ainda que, poderá libertar lugares nas ligações inter-ilhas para a SATA Air-Açores, podendo ser um fator de promover maiores ou melhores ligações para os açorianos.

Acrescentou ainda que, na referência que o Presidente da SATA fez sobre a EasyJet e do fato constarem mais cinco ilhas dos Açores na plataforma da empresa, se “vê com bons olhos” a intensificação de acordos *interline*, uma vez que se consegue um encaminhamento de passageiros em “vez de honrar os orçamentos regionais ou nacionais”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Dr. Luís Rodrigues referiu que o aumento dos *interline* é uma estratégia e uma vantagem competitiva que a SATA tem em relação a outras. A própria ligação entre a Azores Airlines e a Air Açores, é uma vantagem competitiva em que se consegue coordenar os fluxos de uma forma muito mais eficiente.

Realçou que, não sendo a SATA uma companhia 100% privada é legítimo e saudável que haja uma distribuição do tráfego para outras ilhas, diretamente pela Azores Airlines, uma vez que a Air Açores, com a estrutura que tem, não teria capacidade para tal, nem os aeroportos tinham capacidade para processar o tráfego dessa maneira. “Enquanto o Governo Regional dos Açores for acionista no todo ou em parte da Azores Airlines deve procurar sempre que essa distribuição seja feita em vez de privilegiar única e exclusivamente, ou concentra-se unicamente numa plataforma giratória”.

A Deputada Andreia Cardoso questionou sobre o período que irão decorrer os três voos internacionais com destino ao Aeroporto das Lajes, Nova Iorque, Oakland e Boston, se decorrem de 20 de junho até final de agosto.

Em resposta, o Dr. Luís Rodrigues informou que os três irão começar, 14, 15 e 20 de julho até meio de setembro

O Deputado Nuno Barata, realçando que o Dr. Luís Rodrigues tinha referido existir alguns constrangimentos neste momento no Aeroporto de Ponta Delgada, questionou se é razão pela qual levam a que a SATA a não intensificar a sua operação do estrangeiro e do continente português para a ilha de São Miguel.

Questionou ainda, sobre a sua abordagem da ATA, se o “acionista único da SATA acaba por pedir sacrifícios à SATA enquanto ao mesmo tempo faz contratos programa com a ATA para dar ajudas aéreas a operadores externos”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Questionou ainda, na generalidade dos Aeroportos dos Açores quais os constrangimentos à operação da SATA neste momento.

Em resposta, o Presidente do Conselho de Administração da SATA informou que os constrangimentos no Aeroporto de Ponta Delgada, são pontuais, “o que significa que podemos trazer mais e vamos trazer mais operações para Ponta Delgada este ano”, existindo sim faixas horárias onde é impossível colocar mais tráfego, condicionando trazer mais operações para esse aeroporto, “e já agora uma vez que temos oportunidade na Terceira de o fazer usamos esse escape”.

Relativamente à questão colocada sobre a ATA, esclareceu que gostaria que a “SATA fosse tratada da mesma maneira que todas as outras Companhias”.

Relativamente à generalidade dos Aeroportos, a Região está a crescer muito mais rápido que o resto do continente, sendo que os Aeroportos “parece-me que não têm respondido à mesma altura em termos de desenvolvimento de infraestruturas e capacidade de pessoal, e, portanto, eu acho que mais tarde ou mais cedo isso vai, já começou a dar maus sinais o ano passado, este ano vão-se agravar sistematicamente e depois a experiência não vai ser positiva, aquela que todos gostaríamos”.

O Deputado Rui Espínola questionou sobre o potencial turístico da ilha Terceira e sobre a capacidade desse potencial turístico viabilizar estas rotas internacionais, de novas possíveis novas rotas internacionais.

Questionou ainda se considera que a promoção turística dos Açores, no caso da ilha Terceira, se tem sido insuficiente, e se na perspetiva da SATA isso tem sido insuficiente para a captação dos fundos turísticos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Questionou ainda sobre as taxas de ocupação dos voos internacionais, mas também dos domésticos e territoriais, para a ilha Terceira

Em resposta, o Dr. Luís Rodrigues realçou existir uma maior margem de ocupação na ilha Terceira, do que por exemplo noutras ilhas, não as podendo obrigar ir para essa ilha, e por isso enquanto não for feito um esforço de promover o destino e de o organizar para que possam receber as pessoas e que tenham uma boa experiência, não adianta colocar voos, porque irão vazios. “A SATA em 2019, a taxa de ocupação para a ilha Terceira foi de 67,7%, o que significa que houve cerca de vinte mil lugares vazios, não é por pôr mais aviões a voar para a ilha Terceira que isso vai mudar”.

Destacou o apoio à Ryanair para a ilha Terceira, referindo estar a SATA expectante sobre o desenrolar da operação, uma vez que se a Ryanair deixar de voar para a ilha Terceira vai causar condicionantes, e que a SATA apenas poderá tentar ocupar o lugar, se ele for rentável.

Realçou o primeiro ponto da Resolução em análise, nomeadamente a promoção do Aeroporto das Lajes, por ter dificuldade de compreender porque alguém iria investir dinheiro a promover o Aeroporto, uma vez que uma viagem não tem como destino “porque o Aeroporto é giro”.

O Deputado Carlos Silva realçou que, aquando da primeira audição do Dr. Luís Rodrigues e que elencou como uma das primeiras prioridades era “melhorar a qualidade do serviço prestado e garantir assim uma maior confiança e satisfação dos clientes”, reconhecendo que esse trabalho tem vindo a ser feito, presenciando hoje a SATA que presta um serviço com maior qualidade, contribuindo para a sua recuperação

Questionou o Dr. Luís Rodrigues, e relativamente quando se refere à margem de contribuição positiva, e tendo em conta a guerra e com impacto em várias matérias-



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

primas e também do petróleo, se a análise efetuada teve em conta vários cenários, nomeadamente de escalada de preço do petróleo e que impacto poderá ter, não só nas ligações para a ilha Terceira, mas no geral da operação da SATA.

Relativamente ao período de dois meses anunciado para as ligações, realçou que, no período de verão, de alguma forma, o destino Açores encontra-se “vendido”, questionado o porquê de concentrar as ligações para a ilha Terceira, na época alta, questionando se esta opção foi uma inevitabilidade de ponto de vista comercial, ou se haveria também, ou se houve uma tentativa de alargar a operação por mais tempo e não foi possível. Realçou que se deverá continuar a apostar em ligações para a época alta, ou alargar a sazonalidade de forma a impedir constrangimentos e garantir a sustentabilidade do destino durante quase todo o ano com regularidade.

O Presidente do Conselho de Administração da SATA, relativamente ao preço do petróleo esclareceu que, apesar de ser um mal necessário à aviação, é “gerível”, conseguindo refletir o preço dos combustíveis nas tarifas, com uma parte da tarifa que tecnicamente é designada de “YQ” que a partir de 2019 esse reflexo do aumento do combustível “cobriu 3% o preço do combustível na SATA, e em 2021 cobriu 70%, e portanto, há sempre uma capacidade da Companhia de acomodar parte disso”. Realçou estar mais preocupado com o impacto nas cadeias de abastecimento, por estarem completamente condicionadas, com maior risco de conseguir peças em tempo útil para as operações das Azores Airlines e da SATA Air Açores no verão, “porque se alguma coisa avaria ou quebra não temos até agora tido a capacidade, nem ninguém tem, de conseguir peças em tempo útil, por uma questão de produção na origem, por uma questão de transporte, por uma questão de tudo e mais alguma coisa”.

Relativamente às ligações em época alta, realçou que as ligações em época alta são ainda uma inevitabilidade, destacando que quando for um destino conhecido, organizado e promovido, pode ser alargado no mercado, estando a trabalhar com os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

agentes para alargar esse mercado para fora da época alta “e nesse sentido há um conjunto de operações a correr com operadores privados de charters e de agências de viagens de modo a conseguir atrair mais ligações fora da época alta, junho, julho e agosto, já não vai dar mais”

O Deputado Carlos Furtado, no seguimento das afirmações das ocupações na ordem dos 67%, correspondendo a vinte mil lugares disponíveis, questionou sobre a taxa de ocupação para a ilha de São Miguel para o mesmo período.

Questionou, relativamente aos constrangimentos do Aeroporto de Ponta Delgada, se a deslocalização de voos para a ilha Terceira se, do ponto de vista comercial, resolve o problema dos constrangimentos de Ponta Delgada.

Em resposta, o Dr. Luís Rodrigues referiu não ter os dados de ocupação para Ponta Delgada, ressalvando ser superior à da Terceira, sendo que se aplica da mesma forma para Ponta Delgada a regra de “não vale a pena comprar voos se eles vierem vazios”.

Relativamente à questão da deslocalização, referiu que “encontrar soluções alternativas não resolve o problema do tráfego entrar pela porta principal”, mas não o agrava.

O Deputado Nuno Barata realçou um aspeto importante para que processo possa funcionar, apontado desde início pelo Dr. Luís Rodrigues “necessidade de organizar e desenvolver um produto turístico”, e dar resposta ao nível do canal HORECA, rent-a-cars e da animação turística, realçando, porém, a falta de mão-de-obra para trabalhar nestas mesmas áreas, questionando se a SATA possui igualmente falta de mão-de-obra, nomeadamente para trabalhar “no chão”.

Em resposta, o Dr. Luís Rodrigues realçou que a falta de mão-de-obra, à semelhança do que já tinha sido anunciado em novembro, persiste, tendo conseguido ultrapassar de



uma forma satisfatória, fruto também da “crescente digitalização da empresa” com redução de necessidade de recursos administrativos, assim como da melhoria da imagem “do que é trabalhar para a SATA”.

- **Audição da ATA - Associação de Turismo dos Açores:**

Carlos Morais informou a Comissão que era Presidente da Associação de Turismo dos Açores desde maio de 2019 e está no fim do mandato. Considera importante, motivante e gratificante o trabalho que foi desenvolvido ao longo desses 3 anos naquela Associação. Falou que aquela entidade tem uma estratégia em consonância com o Governo Regional, especialmente nos últimos 3 anos com o “chapéu” da sustentabilidade, algo muito importante para a promoção dos Açores. A promoção tem a ver, acima de tudo, nos mercados alvo com o reflexo das dormidas que analisaram, ao longo do tempo, para partir para o plano de atividades no ano seguinte. Mediram os mercados de várias formas, fizeram promoção, mais recentemente, usando os meios digitais.

Contou que as próprias companhias aéreas fazem os seus estudos, embora façam sempre uma apresentação global das 9 parcelas e dos aeroportos de entrada na Região, sendo que as companhias aéreas irão estudar, mediante essa apresentação, o destino, os números de dormidas, os hotéis, a animação. Tudo isso leva a, mais tarde, que a companhia opte por uma determinada porta de entrada num maior nicho de mercado e, depois, fazem dispersar por outras portas de entrada.

Afirmou que, em 2022, os Açores terão uma retoma esperada, com números, se calhar, superiores a 2019, sem esquecer que o que está a acontecer na Ucrânia poderá ter reflexos no turismo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado Rui Martins perguntou se via com bons olhos este aumento de ligações aéreas para o aeroporto da Terceira.

Referindo-se à audição do Presidente da SATA, em que este afirmou que gostava que a ATA tratasse a SATA como trata as outras empresas, porque, segundo ele, numa primeira fase parece que iniciaram conversações com a ATA para serem parceiros e fazerem promoção com ligações com o exterior, mas que os anúncios recentes que a ATA fez sobre ligações já não tem orçamento para a SATA. Pediu um comentário sobre esse assunto.

Também foi dito pelo Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo que a Aerogare Civil da Lajes, nos mercados onde ia fazer a promoção verificou que nem sequer conheciam o aeroporto da Terceira, questionando-se como as pessoas iam procurar a Terceira se nem conheciam o aeroporto. Uma vez que a ATA está presente nesses mercados, nessas feiras, pediu uma apreciação a este assunto.

O Presidente explicou que a ATA tem conversas com as companhias aéreas no sentido de estimulá-las a vir para os Açores. Algumas delas vêm com um plano de promoção e marketing para a Região, acrescentando que a SATA só veio procurar a ATA depois de ter definido quais as rotas que iria fazer questionando se haveria dinheiro para promoção dessas rotas, esclarecendo que a ATA não foi ouvida sobre as rotas que a SATA resolveu lançar.

Sobre a Aerogare Civil das Lajes, a ATA promove todos os aeroportos e o que aconteceu este ano é que a própria Aerogare das Lajes esteve presente nesse evento. Considerou que a ilha Terceira tem alguma atratividade em termos de beleza natural e tem de definir o seu produto e a sua identidade, sendo que para tal existem as Câmaras do Comércio, as Câmaras Municipais e a própria ATA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado Carlos Furtado, tal como o Deputado Rui Martins já referiu, recordou que o Presidente da SATA, neste mesmo dia, disse que a SATA teria gosto em ser tratada como as outras operadoras de tráfego aéreo que operam na Região e que o facto de a SATA não ser apoiada pela ATA, é um constrangimento para a companhia.

A criação de mais ligações aéreas à ilha Terceira e pelo facto de a SATA não dispor deste mecanismo do apoio financeiro, perguntou o que acha que a ATA, por estar a apoiar outras companhias, poderá estar a provocar alguma concorrência desleal em companhias que não são Região. Perguntou ainda se haverá possibilidade de tomar outras decisões que possam minimizar essa diferença de oportunidades.

O Presidente recordou que não foi um mandato fácil e frisou que não podem estar as 9 parcelas satisfeitas com o trabalho desenvolvido, porque não se pode agradar a todos. Falou na campanha que desenvolveram, de Destino Seguro, que teve um reflexo muito importante no mercado internacional e, em 2022, vão partir para uma campanha na base do destino sustentável. Disse que a ATA apoiou a SATA, nomeadamente em 2021, revelou a existência de um processo, que ainda não está finalizado, de concurso público internacional que a SATA ganhou, de 300 mil euros e teve um outro apoio de 200 mil euros. Afirmou que a ATA também está restringida em termos de apoio a uma companhia aérea, sendo que, no máximo, só poderão atribuir até 200 mil euros durante 2 anos. Recordou, ainda, que quando iniciou funções praticamente não havia relações com a SATA e, neste sentido, foi feito um trabalho para criar mecanismos importantes de parceria entre a ATA e a SATA.

O Deputado Rui Espínola salientou que no seguimento de audições que aconteceram antes deste projeto de resolução, a ATA foi alvo de crítica naquilo que diz respeito à promoção turística do destino Açores, pedindo ao Presidente da ATA que elucidasse como era feita essa promoção do destino Açores e como tem sido estruturada essa oferta que é disponibilizada aos agentes turísticos. Quis saber como a ATA vê o mercado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

da Terceira, as suas potencialidades e qual é a receptividade dos agentes e operadores turísticos relativamente a esse mercado e também quis saber que trabalho tem sido realizado na captação de novas rotas para as ilhas, particularmente para a Terceira.

O Presidente da ATA compreendeu as críticas feitas à ATA, mas não concorda com elas. Frisou que a ATA promove as 9 ilhas dos Açores em consonância e no turismo há sempre uma parcela que se desenvolve numa fase inicial para depois se desenvolver as outras parcelas. No seu entender há que deixar os operadores fazerem o seu trabalho. Em nenhum momento, da captação de rotas que foi feita, a ATA esqueceu-se do aeroporto civil das Lajes. O trabalho que tem sido feito é no sentido de desenvolver os Açores no seu todo.

O Deputado Carlos Silva quis saber se o Presidente tivesse a opção de alterar que alterações sugeria à Resolução em discussão. Perguntou que relação tem a ATA com o Governo Regional, e em particular com a tutela do Turismo e se essa relação tem algum contrato programa entre as duas entidades de forma promover a Região no seu todo, ou particularmente em algum destino em exclusivo.

O Presidente da ATA, Carlos Morais, disse que não fazia juízos de valor relativamente a uma resolução, entendendo que Deputados são mais competentes para tal. Sobre a relação da ATA com o Governo, explicou que existe um contrato-programa, são apresentados relatórios e depois o dinheiro era disponibilizado consoante os relatórios que a ATA faz. A estratégia que a ATA tem é uma estratégia que é conversada com o Governo Regional, onde tem de haver consonância com o próprio Governo, considerando importante reforçar a verba para o turismo.

O Deputado Carlos Silva explicou que a opinião da ATA conta para melhorar o projeto de resolução, neste sentido, que sugestões daria o seu Presidente de forma que a resolução fosse o mais adequada possível.



Sobre a SATA, uma das preocupações que foi transmitida à Comissão era que havia algumas infraestruturas, em particular o de Ponta Delgada, que com o número de operações que estava a ser projetada para a época alta poderiam não aguentar com o fluxo turístico que estava a ser projetado em alguns períodos do dia, seja pelas limitações que as infraestruturas têm, quer pelas limitações nos recursos humanos. Perguntou o que está a ser feito relativamente a essas limitações e da capacidade que existe para dar resposta, especialmente no período de época alta.

O Presidente da ATA, sobre a relação do Governo com a SATA, disse que não lhe dizia respeito. Em termos pessoais, disse que não estava de acordo que a SATA continue a dar os prejuízos, nomeadamente a Azores Airlines. Sobre o projeto de Resolução, explicou que nunca mencionou que não concordava com ele, mas considerou que o projeto poderia ser reformulado ou mais abrangente, frisando que se estão a criar divisionismos nas nove parcelas dos Açores.

- **Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas:**

A Secretária Regional começou com uma pequena apresentação inicial dizendo que a promoção do destino Açores é uma necessidade permanente e contínua e cada vez mais os tempos atuais mostraram que o turismo é, por natureza, uma indústria extremamente competitiva, dinâmica, globalizada e em constante mutação.

As características que a pandemia trouxe para esta atividade leva, cada vez mais, a pensar que é preciso estar sempre preocupado com os acontecimentos e permanentemente preparados para os enfrentar e, se possível, superar.

Neste contexto, o reforço da notoriedade do destino Açores, nos mercados emissores, foi fundamental nessa situação de conjuntura complexa, porque foi preciso evidenciar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

fatores de segurança, fatores de natureza e de sustentabilidade que, de outra forma, não eram tão prementes e não eram tão necessários evidenciar.

Esta foi uma forma muito inteligente e muito assertiva de se poder fazer com que o destino Açores mantivesse uma primordial importância entre os destinos possíveis que os potenciais visitantes têm à sua disposição para escolher.

Foi, de facto, nesta linha que se avançou, quer para mercados internacionais, quer mesmo para o mercado nacional.

Referiu que o mercado nacional é um mercado muito importante, porque foi este que deu maior resposta às solicitações, enquanto promotores do destino Açores, porque dadas as circunstâncias, os medos existentes na altura, e a particularidade de vivermos num momento de pandemia generalizada a nível internacional, a nível mundial, o mercado nacional foi fundamental.

Disse ainda que, dentro do mercado nacional, não podia esquecer o mercado Açores e, aqui, a tarifa Açores também ajudou, sobretudo já em 2021.

Portanto, a estratégia de trabalho promocional, através das particularidades da região arquipelágica, no meio do atlântico, com imensas potencialidades no Turismo de Natureza, no Turismo Náutico, no Turismo Gastronómico, dos Vinhos, do Golfe, do Touring, tudo isto, coadjuvou muito bem com uma situação de receio de espaços fechados, de receio de viajar. Portanto, conseguiu-se, desta forma, passar uma mensagem de um destino seguro e era isto que as pessoas queriam ouvir nesta altura de pandemia.

Na sua opinião deve-se continuar neste caminho, um caminho de sustentabilidade, um caminho de segurança, um caminho de natureza, um caminho de espaços abertos e de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

destino que permite oferecer produtos de qualidade e que vão ao encontro daquilo que são as preocupações das pessoas e também afastar os receios que elas ainda possam ter nesta conjuntura, que ainda não está completamente anulada, no que diz respeito à Covid-19.

Portanto, o objetivo fundamental da promoção, dito tudo isto, foi que os Açores fossem reconhecidos como um destino de natureza sustentável, não massificado, autêntico, hospitaleiro, seguro; um destino seguro como forma de diferenciação e de posicionamento e enquanto destino que podem viajar durante todo o ano e evitar a massificação e as grandes concentrações em determinadas alturas do ano.

Portanto, um destino *all around*, é aqui também um ponto importante, porque a natureza está cá todo o ano e é uma oferta permanente que se quer dar a quem visita os Açores.

Foi nessa linha que a Associação de Turismo desenvolveu um conjunto de ações de promoção do destino Açores nos diversos mercados emissores e não só internacionais, como também nacionais, e mais concretamente nos internacionais esteve, em feiras, workshops, palestras, congressos, seminários, viagens educacionais, campanhas de *fun trips e press trips*, para puderem vir aos Açores e ver com os seus próprios olhos o que é que podiam esperar da oferta e depois campanhas de marketing, através de canais digitais, alguns dos promotores que neste programa conseguem quase ter um alcance muito maior do que ser a Região a fazer diretamente.

Segundo os dados estatísticos do INE, a Região Autónoma dos Açores foi a região nacional que melhor sobreviveu a toda esta conjuntura, que melhor desempenho teve relativamente aos indicadores de 2021. Disse os indicadores de 2021, relativamente a 2019, a 2020, portanto, na versão da evolução entre aquilo que é sempre o ponto de partida, que é 2019, que é o ano de referência, o ano que tivemos, de facto, um turismo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

com muito significado, e depois, ao longo dos anos seguintes entra-se na pandemia e a Região Autónoma dos Açores foi aquela que teve melhor desempenho.

O crescimento do número de hóspedes, da Região, foi, em 2021, de 106,4%, muito acima daquilo que se registou a nível nacional, porque a nível nacional, o crescimento foi de 39,4%,

O crescimento de dormidas, na região, foi de 118,6%, o que compara a nível nacional com 45,2%.

Portanto, isto são números que animam, são números que nos ditam que a estratégia foi correta.

A Madeira teve 78,2% de crescimento nos hóspedes e 79,8 nas dormidas.

Portanto, este trabalho de promoção turística e esta assertividade, este acerto na linha adotada pela Região na sua promoção foi efetivamente muito importante.

Muito deste sucesso, obviamente, deveu-se ao mercado nacional e também ao mercado internacional.

Por isso, quando se fala em relação a esta resolução, queria dizer que quando se fala da promoção do Aeroporto das Lajes, da ilha Terceira, ou dos Açores, em geral, tem sempre de pensar no mercado externo, não necessariamente no mercado internacional, embora haja progressos enormes no mercado internacional.

Mas o que interessa é que de facto o mercado externo é muito importante e, dentro do mercado externo, o mercado nacional não pode ser descurado, porque é um mercado que tem um consumo *per capita* muito elevado e que deixa muito valor acrescentado na Região.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Em relação às perspetivas para a promoção de 2022, aquela que já foi feita e aquela que se vai fazer, vai seguir um pouco a mesma linha. Perspetiva-se, de facto, uma assertividade cada vez maior; uma assertividade promocional e competitiva também é fundamental, quer a nível dos mercados internacionais, quer nos mercados nacionais.

Várias campanhas de promoção estão em curso. Algumas já foram levadas a efeito, porque nos Açores tem, pela noção dessa exigência e dessa necessidade, de haver um trabalho contínuo de promoção turística, para manter a nossa capacidade competitiva e reforçar a notoriedade dos Açores.

Aqui é que acha que é muito importante que os Açores sejam vistos sempre como um todo, como um destino único, de notoriedade. Não é da ilha A, B ou C.

A notoriedade é dos Açores, o que não significa, e agora referindo-se já ao conteúdo da resolução, que não haja declinações por ilha, que não haja especificações por ilha, que não haja algum trabalho concreto e adequado em cada uma dessas ilhas, e em particular nas que têm *gateways*, como já está acontecendo em relação à Terceira, porque é preciso também lembrar que este projeto de resolução não é recente, é um projeto de resolução do início ano e já estamos em maio. Portanto, já muito trabalho foi feito, entretanto.

Estão já perspetivadas e confirmadas muitas rotas internacionais para a ilha Terceira; estão já confirmados muitos voos e muitos lugares disponíveis nos aviões. Há uma maior conectividade do que havia antes, porque há de facto mais rotas, mas também há mais mercados emissores e tudo isto é trabalho conjunto, em que a Câmara de Comércio também fez uma parceria com a ATA e teve uma verba disponibilizada pela ATA para fazer a sua própria definição.



Disse que as novas rotas para os Açores, internacionais, este ano, são nove: três são para a ilha Terceira e seis são para São Miguel, o que é de facto já um número bastante significativo.

Referiu que a Terceira tem 4.500 camas e isso é preciso ter isso em conta, porque não são apenas as rotas internacionais que contam. É preciso alinhar o mercado de Lisboa e o mercado do Porto.

Lembrou que os lugares disponíveis em 2022, em relação a 2019, trazem um acréscimo de oferta de mais de 38%. Isto inclui Lisboa/Porto, cinco mercados emissores, portanto, cinco mercados de origens para a ilha Terceira.

“Portanto, tendo em conta isso, e somando Lisboa e Porto, estamos a falar de crescimento na ordem quase dos 40%, e isto tem de bater certo com o número de camas disponíveis, que são 4.500 na ilha Terceira”, referiu.

Entende que o ano de 2022 augura um grande crescimento, um grande progresso e um grande futuro para o mercado da ilha Terceira.

É nesse sentido que trabalha, disse a Governante, acrescentando que é isso que pretende e da parte do Governo foram feitas mais de 12 viagens educacionais para a ilha Terceira, *fun trips* e *press trips* e educacionais com agentes de viagens, etc, e neste momento estão a trabalhar, acerrimamente, para levar, no próximo ano, à Terceira, a Bienal Ibérica de Património Cultural, uma bienal que foi organizada por Portugal e Espanha, com profissionais da área cultural. O tema é tecnologia e património, dois temas muito queridos à ilha Terceira e que considera o sítio ideal para a realização desta bienal que vai trazer mais de 600 pessoas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Deputado Paulo Gomes perguntou se, quando deu entrada este Projeto de Resolução havia, naturalmente, um défice de voos para a ilha Terceira.

No entanto, a ilha Terceira, devido à sua centralidade e devido à sua proximidade com a Graciosa e São Jorge, já para não falar no Pico e Faial, é natural que quanto mais voos houver, também se está a servir as duas ilhas de que falamos.

Reconhece que, desde a entrada do Projeto de Resolução, tem havido um esforço muito grande da parte do Governo e efetivamente houve um acréscimo de ligações áreas da ilha Terceira para o exterior.

Perguntou se já existiam dados sobre a procura para esses lugares, para todos os voos que têm saída da ilha Terceira, quer para Lisboa/Porto, quer também para o estrangeiro.

A Governante disse que a promoção se faz de março a março e o que está a dar resultados em 2022, não foi feito de janeiro até agora, foi feito, foi trabalhado durante o ano de 2021, portanto, é importante que se perceba que esta resolução foi importante, aliás, como todas as resoluções são importantes desde que sejam construtivas.

Concorda que é estímulo para fazer melhor, mas também não há dúvida que o resultado que se está a colher agora não foi exatamente dos últimos dois ou três meses.

Disse estar certa de que estes voos, obviamente, não terão uma taxa de ocupação de 100%, mas vão ter uma boa taxa de ocupação, porque há um conjunto de contactos prévios, até por coincidência por concretizar, para garantirem o mínimo para viabilizar estas rotas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

É preciso um trabalho de sedimentação, de consolidação das rotas novas. Só assim é que se garante que elas venham num ano e venham no ano seguinte, e em todos os outros, sempre que se conseguir perpetuar estas rotas. Acrescentou que algumas delas são mercados muito importantes, porque são mercados ligados historicamente aos Açores, porque existem rotas novas de Nova Iorque para a Terceira, de Montreal para a Terceira, reconhecendo que são rotas que não estando no centro da maior parte da nossa emigração, apesar de tudo têm fortes ligações.

Obviamente que Toronto, Boston e a Califórnia estão mais ligadas aos Açores, mas mesmo Nova Iorque existem muitas ligações, podendo muitos continentais vir via Açores e continuar por Lisboa, acreditando que são mercados com potencial muito elevado, mas também muito exigente.

“Temos é que conseguir que estas rotas sejam, de facto, rotas seguras, consolidadas, bem aceites, com bom serviço para que os americanos considerem que é uma oferta que satisfaz as suas necessidades, enquanto clientes”, concluiu a Secretária Regional.

A Deputada Andreia Cardoso perguntou das nove rotas internacionais novas para os Açores, quais são as três para a ilha Terceira.

A Secretária Regional respondeu que eram as rotas Montreal/Terceira, Nova Iorque/Terceira e Londres/Terceira, esta da British Airways.

Acrescentou ainda uma rota que a Câmara de Comércio promoveu, que é para o Porto, mas faz uma ligação à Galiza, na prática, embora com *stop over* no Porto, é uma ligação internacional da Terceira à Galiza.

A Deputada Andreia Cardoso perguntou de são rotas semanais.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas respondeu que a de Montreal/Terceira é à quarta-feira, a Nova Iorque/Terceira é 3 rotas semanais mais a rota da Galiza, sendo que a da Galiza não sabia bem muitos detalhes. A Rota de Londres para a Terceira, com a British Airways, funciona desde o dia 10 de junho até 28 de agosto, numa base semanal, ao domingo. A Rota de Montreal/Terceira funciona desde o dia 15 de junho ao dia 14 de setembro, à quarta-feira. A Rota Nova Iorque/Terceira funciona desde o dia 20 de junho a 5 de setembro, à segunda-feira.

O Deputado Rui Martins disse que por vezes nas feiras internacionais, a promoção deve ser feita dos Açores como uma Região, com aquela individualidade que cada ilha traz, mas muitas vezes nessas mesmas feiras, no seu entender, não é dado a conhecer as infraestruturas, podendo, até, dar a sensação de que não poderem operar para a Terceira.

A Secretária Regional considerou a questão de importância relativa, porque todos assistem à proliferação de empresas aéreas *low cost* que passaram a voar para aeroportos secundários que ninguém conhecia. Impuseram a si próprias rotas desconhecidas, não considerando que as companhias procuravam destinos baseando-se nas suas infraestruturas, mas sim pelo destino.

A Secretária Regional salientou que a pandemia veio ajudar, por um lado, e a guerra na Ucrânia também, porque havia muitos países que não se sentiam seguros em ir para certos destinos. Salientou que os Açores têm de fazer um caminho seguro e consolidar as novas rotas.

O Deputado Carlos Furtado perguntou o que o Governo entende por aceitável que seja a taxa de ocupação desses voos neste primeiro ano, o que entende que será uma base de trabalho aceitável para no próximo ano continuar a insistir nessa rota com base em que taxas de ocupação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Quis saber se, eventualmente, a resposta que vier da União Europeia for favorável manter rotas que sejam deficitárias, até quando é que o Governo Regional estará interessado ou em reduzir algumas rotas ou em tentar compensar essa falta de rentabilidade desses voos.

A Secretária Regional explicou que essas rotas são comerciais, não são rotas apoiadas, nem poderiam ser. Cada companhia aérea saberá, por si, qual a taxa sustentável para manter esses voos, sendo óbvio que é necessário investir em promoção do destino.

O Deputado Carlos Furtado perguntou em que medida é que o Governo acha aceitável o sucesso dessas rotas em termos de ocupação das aeronaves.

A Deputada Andreia Cardoso quis saber o número de lugares disponíveis nos voos referidos nas 3 novas rotas e quais são as outras 5 rotas para a ilha Terceira, adiantando Boston, Toronto e Oakland, e quantos lugares disponibilizam.

A Secretária Regional confirmou as rotas que a Deputada referiu, acrescentando ainda Londres/Terceira, pela Raynair. Sobre as novas rotas, Londres/Terceira, pela British Airways, disponibilizam 1.344 lugares, Montreal/Terceira, disponibiliza 2.604 lugares, Nova Iorque/Terceira, disponibiliza 2.232 lugares. Oakland disponibiliza 3.204 mais 267 lugares. Boston/Terceira disponibiliza 5.766 lugares. Toronto/Terceira disponibiliza 1.860 mais 7.068.

Explicou que não é o Governo Regional que neste momento tem de dizer qual a percentagem que viabiliza, ou não, o avião. Só quem está na posse dos custos e proveitos é que pode dizer qual a taxa que viabiliza o avião.



SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

PS: O GPPS aprova o relatório e abstém-se relativamente à iniciativa, com reserva de posição para plenário.

PSD: O GP do PSD aprova o Relatório e dá parecer favorável à iniciativa.

CDS-PP: O GP do CDS-PP vota favoravelmente o relatório e a iniciativa.

CH: Não emitiu posição.

PPM: Não emitiu posição.

IL: Não emitiu posição.

PAN: Não emitiu posição.

O DEPUTADO INDEPENDENTE: Aprova o relatório e reserva posição para plenário.

VOTAÇÃO DOS DEPUTADOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para o plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** emite **parecer favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Deputado Independente** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição para o plenário**, relativamente à presente iniciativa.



CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e as abstenções do PS e do Deputado Independente, com reserva de posição para Plenário, emitir **parecer favorável**, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

Graciosa, 22 de junho de 2022.

O Relator

(Wilson Ponte Gomes)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Ávila)